



Voto de Condenação

da escalada de confrontação e guerra e de exigência de paz

O agravamento da guerra na Ucrânia, uma guerra que dura não há um, mas há nove anos, é para todo o Mundo uma grande preocupação a que urge pôr fim.

Divulgada como sendo um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, esta guerra é, de facto, expressão da estratégia belicista dos EUA e da NATO visando a Rússia, em que o povo ucraniano é utilizado e sacrificado em função dessa mesma estratégia.

A atual escalada de confrontação e da guerra, com o envio de armamento cada vez mais sofisticado e ofensivo, encerra sérias consequências e acrescidos perigos para os povos da Europa e de todo o mundo.

É cada vez mais evidente quem está a pagar os custos da instigação da guerra, da deriva militarista e das sanções levadas a cabo pelos EUA, a NATO e a EU, com os custos bem patentes no aumento dos preços da energia, dos alimentos e de outros bens de primeira necessidade, no ataque aos direitos e às condições de vida, que vêm determinando o agravamento da pobreza e das desigualdades, e a deterioração da situação económica e social.

Por outro lado, é também cada vez mais evidente que quem ganha com a guerra e quer o seu prolongamento são as grandes empresas de armamento, da energia, da alimentação, da distribuição ou a banca, que acumulam lucros colossais.

Portugal não deve contribuir para o agravamento do conflito, do militarismo e da guerra, mas para a solução pacífica dos conflitos internacionais, para a dissolução dos blocos político-militares e para o desarmamento geral, simultâneo e controlado, como consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Assim, a Assembleia Municipal de Mora, na sua Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2023 delibera:

1. Expressar a sua solidariedade para com as vítimas de uma guerra que dura há nove anos e a que urge pôr fim;
2. Apelar a que os EUA, a NATO e a EU cessem de instigar e alimentar a guerra na Ucrânia e que se abram vias de negociação com os demais intervenientes, nomeadamente a Federação Russa, visando alcançar uma solução política para o conflito, a resposta aos problemas de segurança coletiva e do desarmamento na Europa, o cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia;
3. Instar o Governo Português a tomar as devidas iniciativas nesse sentido.



Mais delibera, enviar esta Tomada de Posição aos senhores Presidentes da República e da Assembleia da República e ao senhor Primeiro Ministro e dela dar conhecimento público à população do Concelho de Mora.

O presente Voto de Condenação foi apresentado pelo grupo municipal da CDU na Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por maioria, com 14 votos a favor e 5 abstenções, na Sessão Ordinária realizada no dia 24 de fevereiro.

Mora, 21 de março de 2023

A Primeira Secretária da Assembleia Municipal de Mora
(Maria Joaquina Salgueiro)